

430
70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo na apelação cível nº 340340-7 – Comarca do Recife

Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Agravado: Klebson Jose de Lima.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA COMPROVADA. CORRETA APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. Embora a perícia oficial tenha concluído que os fatos e elementos disponíveis nos autos permitam concluir pela inexistência do nexo de causalidade entre a doença do recorrido e o trabalho que exercia, os laudos médicos anexados durante todo o trâmite processual pelo agravado concluem pela redução de sua capacidade laborativa, de forma que se encontra impossibilitado de realizar a mesma função, comprovando as lesões sofridas pelo agravado. 3. Constatada a redução de sua capacidade laborativa, faz jus à percepção de auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual, conforme art. 86, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213/91, posicionamento também consagrado neste Sodalício. 4. Recurso de agravo improvido por maioria, não se considerando malferidos os arts. 5º, XXXV e LIV da CF/88, 145, 273, 422, 436, 437 e 557, todos do CPC e 86 da Lei Federal nº 8.213/91.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo na apelação cível nº 340340-7, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e por maioria, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 25 de setembro de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Recurso de agravo na apelação cível nº 340340-7 - Comarca do Recife
Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Agravado: Klebson Jose de Lima.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão monocrática que deu provimento ao presente apelo para, reformando a sentença de primeiro grau, julgar procedente a demanda de origem, no sentido de reconhecer o direito do ora agravado à percepção do auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual, condenado a autarquia agravante ao pagamento de honorários no valor de R\$ 1.000,00, a teor do contido no art. 20, § 4º, do CPC.

Aduz o agravante acerca da ausência dos requisitos necessários à concessão do benefício perseguido, haja vista que o agravado não apresenta incapacidade para a sua atividade habitual, devendo então prevalecer a conclusão do perito oficial, ante a maior especialidade dos médicos que integram os quadros do INSS, sendo descabido o princípio do *in dubio pro misero* por ser contrário ao devido processo legal.

Ao final, requereu o provimento do integrativo.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

Os argumentos trazidos à baila pelo agravante não são capazes de convencer sobre o postulado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

Inicialmente, impende registrar que embora o ora agravado não ter sido intimado para se manifestar sobre o laudo da perícia judicial e o do assistente técnico do INSS, teve oportunidade para falar sobre o laudo pericial na audiência de instrução, ocasião que apresentou oralmente suas razões finais, assim, como não formulou qualquer requerimento apontando esse defeito na primeira oportunidade em que se manifestou nos autos, restou superada a irregularidade.

No mais, extrai-se dos autos que o agravado laborava na empresa SADIA S/A, exercendo a função de repositor de produtos, desde 07/05/1998, desempenhando suas atividades com o manuseio de caixas, corte de produtos com movimentos repetitivos e excessivos, quando no ano de 2001 começou a sofrer fortes dores na coluna cervical e ombro direito, sendo diagnosticado

hérnia discal e tendinite de membro superior direito, lesões que o incapacitam para o trabalho, como atestam os laudos médicos acostados aos autos.

Ademais, o apelante recebeu o auxílio doença espécie 31 em 20/06/2001 e, em 26/04/2002 foi transformado o seu benefício em espécie 91, após receber alta trabalhou até 29/06/2008, quando recebeu uma nova CAT com os mesmos diagnósticos.

Ora, o entendimento assente nesta Corte de Justiça é de que havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, merece ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, dada a sua situação de hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário (Confiram-se: AI 207101-4, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 05/08/2010 e AI 212427-6, 2CDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 15/07/2010).

Nesse ínterim, embora a perícia oficial tenha concluído que os fatos e elementos disponíveis nos autos permitam concluir pela inexistência do nexo de causalidade entre a doença do recorrido e o trabalho que exercia, os laudos médicos anexados durante todo o trâmite processual pelo agravado concluem pela redução de sua capacidade laborativa, de forma que se encontra impossibilitado de realizar a mesma função, comprovando as lesões sofridas pelo agravado.

Nesse passo, constatada a redução de sua capacidade laborativa, faz jus, portanto, o agravado à percepção de auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual, conforme art. 86, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213/91, posicionamento consolidado no STJ e neste Sodalício, senão vejamos:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. 1. A apresentação do laudo pericial marca apenas e tão somente o livre convencimento do juiz quanto aos fatos alegados pelas partes, não tendo o condão de fixar termo inicial de aquisição de direitos (ERESP 735.329/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, julgado em 13/4/2011, DJe 6/5/2011). 2. O termo inicial da concessão do benefício previdenciário de auxílio acidente é a prévia postulação administrativa ou o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença; ausentes a postulação administrativa e o auxílio-doença, o termo a quo para a concessão do referido benefício é a citação. 3. Agravo regimental não provido (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 296867/SP, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 05/08/2013).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. RECONHECIMENTO JUDICIAL DO NEXO DE CAUSALIDADE. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE 50%. O JUIZ NÃO ESTÁ ADSTRITO AO RESULTADO DA PERÍCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. POR UNANIMIDADE. 1. O laudo realizado pelo perito do Juízo, concluiu pela ausência de nexo de causalidade entre as lesões e as atividades desempenhadas pelo autor/recorrido. 2. A despeito do referido laudo, juntou a parte agravada farta documentação comprobatória das lesões que alega possuir e que redundaram no reconhecimento judicial da redução da sua capacidade laborativa e, consequentemente, na concessão do auxílio- acidente no percentual de 50% mais abono anual. 3. Sabe-se que o juiz não está adstrito aos laudos podendo rejeitá-los no todo ou em parte. 4. Sendo assim, demonstrada a redução da capacidade laborativa do autor/recorrido e não sua incapacidade total para o exercício laboral que habitualmente exercia, tem-se como razoável a concessão do benefício do auxílio-acidente na forma da Lei nº 8.213/91 e mais abono anual, devendo ter como data de início o primeiro dia posterior à cessação do

auxílio doença acidentário.5. No tocante à alegação de que as doenças apresentadas pelo autor/recorrido não estão relacionadas às suas atividades laborativas, em razão do laudo pericial ter concluído pela ausência do nexo de causalidade, verifica-se que das várias doenças elencadas pelos laudos médicos apresentados pelo autor, os quais embasaram a decisão de 1º grau, algumas estão relacionadas aos movimentos repetitivos tão comuns nas redes bancárias, sobretudo em relação aos gerentes, com alta carga horária diária a compensar a gratificação que recebem, somadas, ainda, com a responsabilidade do cargo.6. Portanto, tal alegação não subsiste, sendo reconhecida a relação dessas doenças com os esforços repetitivos de algumas profissões, a ensejar a concessão de benefício acidentário, por alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça (REsp 476740/SP 2002/0152176-7; AgRg no Ag 619039/SP 2004/0099481-1).7. Por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO ao presente recurso (RA 251503-9/02, 1CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 15/05/2012).

Feitas estas considerações, nego provimento ao recurso de agravo, inexistindo razão para alterar o comando a decisão agravada, não se considerando malferidos os arts. 5º, XXXV e LIV da CF/88, 145, 273, 422, 436, 437 e 557, todos do CPC e 86 da Lei Federal nº 8.213/91.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014

Des. Ricardo Paes Barrêto
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 25 09 2014
AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 340340-7 - RECIFE
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADO: KLEBSON JOSÉ DE LIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

RELATÓRIO À FL. 431 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 431/432 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu e o Desembargador José Ivo votamos pelo improvimento e o Desembargador André Guimarães dá provimento.

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Eu peço vênica ao eminente Relator para discordar da posição adotada, por entender que no caso concreto, concessão de auxílio acidente, deve prevalecer a conclusão da perícia oficial. Verifico, na hipótese, que a perícia oficial concluiu que os fatos e elementos disponíveis nos autos permitem concluir pela inexistência de nexo de causalidade entre a doença do recorrido e o trabalho que exercia.

Por essas razões, voto dando provimento ao recurso de agravo indicado no item 11 (Ag 340340-7) da lista dos processos fora de pauta do eminente Relator Ricardo Paes Barreto.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, IMPROVEU-SE O RECURSO DE AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR".

Patricia Santos